

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 1/2016

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E ÁRVORES  
DE ALINHAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM

**PROGRAMA DO CONCURSO**

## **Artigo 1.º**

### **Objeto do concurso**

O Concurso tem por objeto a adjudicação de uma proposta de prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Árvores de Alinhamento da Junta de Freguesia de Belém, tal como descrito no Caderno de Encargos.

## **Artigo 2.º**

### **Entidade adjudicante**

A Entidade Adjudicante é a Junta de Freguesia de Belém, com sede no Largo Jerónimos 3, R/C, 1400-209 Lisboa, telefone 210 132 330, email [secretaria@jf-belem.pt](mailto:secretaria@jf-belem.pt).

## **Artigo 3.º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pela Junta de Freguesia de Belém, através de Deliberação de 22 de março de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, e na alínea a) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, conjugadas com o n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), bem como com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e o n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tendo a respetiva repartição de encargos sido autorizada, ao abrigo do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

## **Artigo 4.º**

### **Disponibilização e consulta das peças do procedimento**

O presente programa do concurso e o Caderno de Encargos, bem como os respetivos anexos, são disponibilizados na seguinte plataforma eletrónica:

[www.compraspt.com](http://www.compraspt.com)

## **Artigo 5.º**

### **Esclarecimentos sobre as peças do procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri, devendo os interessados apresentar os seus pedidos de esclarecimento na plataforma eletrónica referida no artigo anterior até ao dia 01 de julho de 2016.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados na mesma plataforma eletrónica até ao dia 14 de julho de 2016.

## **Artigo 6.º**

### **Qualificação dos candidatos**

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação.

## **Artigo 7.º**

### **Requisitos mínimos de qualificação**

1. Para efeitos da qualificação para o presente concurso, os candidatos devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:

a) Terem experiência mínima de pelo menos três prestações de serviços de manutenção, tratamento e requalificação de espaços verdes ajardinados, em espaço público de áreas urbanas, adquirida ao abrigo de contratos, com a duração mínima de 1 ano, celebrados com quaisquer entidades adjudicantes mencionadas no artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos:

i) Cujo prazo contratual, ou parte dele, abranja ou tenha abrangido os últimos 3 anos a contar da data da publicação do anúncio do presente procedimento; e

ii) Cujo objeto abranja ou tenha abrangido uma área igual ou superior a 100.000 m<sup>2</sup>;

b) Serem detentores das seguintes certificações:

i) Certificado de sistemas de Gestão de Qualidade NP EN ISO: 9001:2008 ou equivalente

ii) Certificado de sistemas de Gestão de Ambiental NP EN ISO: 14001:2004 ou equivalente

iii) Certificado de sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 ou equivalente;

c) Terem no seu quadro de pessoal, à data da publicação do anúncio do presente procedimento, pelo menos um profissional de cada uma das seguintes áreas que suportam e garantem a adequada qualidade da execução dos trabalhos:

i) Engenharia agronómica ou agrícola;

ii) Arquitetura paisagista.

e desde que, cada um deles, possua uma efetiva experiência profissional mínima de 5 anos.

**2.** Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, entende-se por «espaços verdes ajardinados», os espaços que incluem árvores, prados e/ou relvados, bem como outras plantas de adorno objeto de intervenção intensiva de tratamento e por «áreas urbanas», o espaço ocupado por uma cidade, que apresenta elevada densidade populacional, caracterizado pela edificação contínua e pela existência de infraestruturas essenciais ao quotidiano das populações.

**3.** Para efeito do requisito mínimo de capacidade financeira previsto no n.º 2 do artigo 165.º do Código dos Contratos Públicos, a satisfazer pelos candidatos, o valor do fator  $f$  constante da expressão matemática prevista no Anexo IV do mesmo Código é 1 (um).

4. O valor económico estimado do contrato, para efeito de  $V$  constante da expressão matemática prevista no Anexo IV do Código dos Contratos Públicos é 900.000€.

5. No caso de os valores da faturação serem expressos em outra moeda, tomar-se-á, para o efeito da verificação do requisito previsto no número anterior, o respetivo contravalor em Euros, calculado com base na taxa indicativa do Banco Central Europeu vigente no último dia de cada um daqueles exercícios.

6. Em caso de agrupamento candidato, os requisitos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser cumpridos por todas as empresas que o integram, e os requisitos previstos na alínea c) do n.º 1 e no n.º 3 devem ser cumpridos por, pelo menos, uma empresa integrante do agrupamento.

## **Artigo 8.º**

### **Documentos para qualificação dos candidatos**

1. Além da declaração referida no n.º 1 do artigo 168.º do Código dos Contratos Públicos (conforme Anexo I ao presente Programa de Concurso), as candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos destinados à qualificação dos candidatos:

a) Contratos, celebrados pelo candidato, de prestação de serviços de manutenção, tratamento e requalificação de espaços verdes ajardinados, em espaço público de áreas urbanas;

b) Declaração dos adquirentes dos serviços referidos na alínea anterior, que ateste qual a área e qual o período temporal de intervenção da prestação desses serviços, e se os mesmos foram executados de forma satisfatória;

d) Os certificados previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior;

e) Lista dos colaboradores, com vínculo contratual em vigor à data da publicação do anúncio do presente procedimento, que cubram as áreas previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior;

f) Documento comprovativo dos vínculos contratuais a que se refere a alínea anterior;

g) *Curricula vitae* detalhados de todos os colaboradores indicados na lista a que se refere a alínea anterior;

h) Documentos integrantes das Informações Empresariais Simplificadas (IES) relativas aos três últimos exercícios concluídos (2013, 2014 e 2015).

2. Todos os dados contidos nos documentos de qualificação devem poder ser confirmados, sempre que tal se justifique, nomeadamente pela existência de dúvidas sobre a respetiva veracidade, por documentos comprovativos de que o candidato apresente a solicitação da entidade adjudicante ou por quaisquer diligências que esta efetue junto do candidato ou de terceiros, considerando-se que a mera apresentação da candidatura constitui autorização bastante do candidato para este efeito.

### **Artigo 9.º**

#### **Prazo para a apresentação das candidaturas**

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no n.º 1 do artigo 4.º antes das 17 horas do dia 1 de agosto de 2016.

### **Artigo 10.º**

#### **Prazo para a decisão de qualificação**

A decisão de qualificação é proferida no prazo de 44 dias a contar do termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas.

## **Artigo 11.º**

### **Critério de adjudicação**

Na segunda fase do procedimento (da apresentação das propostas), a adjudicação é realizada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o modelo de avaliação das propostas constante do Anexo II ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante, tendo em conta os seguintes fatores e subfatores e respetivas ponderações:

- a) Preço: 40%;
- b) Metodologia de gestão dos meios e prazos: 25%;
- c) Metodologia de controlo e gestão da qualidade: 20%;
- d) Mais-valias face ao caderno de encargos: 15%.

## **Artigo 12.º**

### **Preço anormalmente baixo**

1. Serão necessariamente considerados *preços totais anormalmente baixos* os preços propostos que sejam inferiores a 792.000 €.

2. Não obstante o disposto no número anterior, pode o júri do concurso, em função das diferenças dos vários preços que vierem a ser apresentados, considerar igualmente como sendo *preços totais anormalmente baixos* preços que, muito embora sejam superiores àquele montante, se aproximem significativamente do referido limiar, caso em que os respetivos concorrentes serão convidados a prestar os necessários esclarecimentos justificativos.

## **Artigo 13.º**

### **Documentos de habilitação**

O adjudicatário deve entregar, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 e na alínea b)

do n.º 5 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, bem como o documento comprovativo da autorização do exercício da atividade de prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos a que se refere o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril.

#### **Artigo 14.º**

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas.

#### **Artigo 15.º**

##### **Despesas inerentes à celebração do contrato**

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.



## ANEXO I

### Modelo da declaração prevista no n.º 1 do artigo 168.º do CCP

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de <sup>(31)</sup> ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado conhecimento das peças do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], vem por este meio apresentar a respectiva candidatura, juntando em anexo, para o efeito, os seguintes documentos destinados à qualificação <sup>(32)</sup>:

a) ...

b) ...

2 - Para o efeito declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional <sup>(33)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional <sup>(34)</sup>] <sup>(35)</sup>;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(36)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(37)</sup>] <sup>(38)</sup>;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] <sup>(39)</sup>;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] <sup>(40)</sup>;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória <sup>(41)</sup>;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho <sup>(42)</sup>;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] <sup>(43)</sup>;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes <sup>(44)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes <sup>(45)</sup>] <sup>(46)</sup>:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum 98/773/JAI do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum 98/742/JAI do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura <sup>(47)</sup>]

<sup>(31)</sup> Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas colectivas.

<sup>(32)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a candidatura, para além desta declaração, indicados no programa do procedimento.

<sup>(33)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

<sup>(34)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

<sup>(35)</sup> Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

<sup>(36)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

<sup>(37)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

<sup>(38)</sup> Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

<sup>(39)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(40)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(41)</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>(42)</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>(43)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(44)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

<sup>(45)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

<sup>(46)</sup> Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

<sup>(47)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 168.º.

## ANEXO II

### Modelo de avaliação das propostas

#### 1. Fatores que densificam o critério de adjudicação

As propostas são avaliadas tendo em conta os seguintes fatores elementares e respetivos coeficientes de ponderação:

- a) Preço: 40%;
- b) Metodologia de gestão dos meios e prazos: 25%;
- c) Metodologia de controlo e gestão da qualidade: 20%;
- d) Mais-valias face ao caderno e encargos: 15%.

#### 2. Níveis de desempenho de referência e escalas de pontuação

2.1. Para cada fator elementar, são estabelecidos dois níveis de desempenho de referência, com o seguinte significado absoluto:

- a) BOM: que operacionaliza a ideia de uma proposta com um nível de desempenho “bom”, segundo o fator elementar em questão;
- b) NEUTRO: que operacionaliza a ideia de uma proposta com um nível de desempenho “neutro”, ou seja, nem atrativo nem repulsivo, segundo o fator elementar em questão.

2.2. A pontuação (parcial) associada a cada um dos dois níveis de desempenho de referência anteriormente estabelecidos, segundo cada fator elementar, é sempre a seguinte:

- a) BOM: 100 pontos (cem pontos positivos);
- b) NEUTRO: 0 pontos (zero pontos).

### 3. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o fator A

Para o fator elementar A, a pontuação parcial de uma proposta  $p$ ,  $PP_A(p)$ , é obtida através da seguinte expressão matemática:

$$PP_A(p) = \frac{(990.000 - P_i)}{198.000} \times 100$$

Em que  $P_i$  é o preço indicado na proposta  $p$  para os três anos de prestação dos serviços objeto do contrato.

### 4. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo os fatores B, C e D

Para os fatores B, C e D, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos seguintes passos:

- a) Observação das propostas apresentadas relativamente ao fator elementar em causa;
- b) Comparação entre os atributos das propostas apresentadas por cada concorrente segundo o fator elementar em causa e os níveis de desempenho de referência BOM e NEUTRO estabelecidos para este fator;
- c) Afetação de cada proposta, para cada uma das características (cada parágrafo indicado nos níveis de desempenho de referência BOM e NEUTRO), a um dos seguintes escalões de desempenho:

Escalão 6: a proposta é melhor do que o nível de referência BOM, na característica em causa;

Escalão 5: a proposta é equivalente ao nível de referência BOM, na característica em causa;

Escalão 4: a proposta é pior do que o nível de referência BOM e melhor do que o nível de referência NEUTRO, mas mais próximo do nível de referência BOM, na característica em causa;

Escalão 3: a proposta é pior do que o nível de referência BOM e melhor do que o nível de referência NEUTRO, mas mais próximo do nível de referência NEUTRO, na característica em causa;

Escalão 2: a proposta é equivalente ao nível de referência NEUTRO, na característica em causa;

Escalão 1: a proposta é pior do que o nível de referência NEUTRO na característica em causa.

- d) Atribuição pelo júri da pontuação parcial  $PP(p)$  a uma proposta  $p$ , através de juízos de comparação entre os atributos da proposta apresentada e os níveis de desempenho de referência BOM e NEUTRO estabelecidos para o fator elementar em causa. Na elaboração desses juízos, será utilizada uma escala semântica constituída pelas seguintes sete categorias distintas de juízos qualitativos de comparação:

0 – Diferença de atratividade *Nula* (Indiferença ou Equivalência);

1 – Diferença de atratividade *Muito Fraca*;

2 – Diferença de atratividade *Fraca*;

3 – Diferença de atratividade *Moderada*;

4 – Diferença de atratividade *Forte*;

5 – Diferença de atratividade *Muito Forte*;

6 – Diferença de atratividade *Extrema*.

- e) Aplicação do método MACBETH (*Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique*<sup>1</sup>) aos juízos qualitativos de comparação produzidos pelo júri e obtenção da pontuação parcial da proposta  $p$ , em que é convencionado que a

---

<sup>1</sup> Ver referências em [www.m-macbeth.com](http://www.m-macbeth.com)

diferença de atratividade entre os níveis BOM e NEUTRO é Muito Forte.

## 5. Modelo de avaliação local das propostas segundo o fator B

- 5.1. Para o fator elementar **B – “Metodologia de gestão dos meios e prazos”**, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos passos descritos no ponto 4 do presente anexo.
- 5.2. Os níveis de desempenho de referência BOM e NEUTRO estabelecidos para o fator B são os seguintes:

Designação do Atributo	Descrição do Atributo	Pontuações Parciais
<b>BOM</b>	A metodologia de gestão dos meios e prazos corresponde à seguinte caracterização: <ul style="list-style-type: none"><li>• A metodologia de gestão geral dos meios e prazos aborda os SERVIÇOS previstos no Caderno de Encargos, é devidamente fundamentada e concorre eficazmente para a execução atempada das tarefas a executar mensalmente nos períodos previstos;</li><li>• Os meios humanos e equipamentos a afetar para a realização dos SERVIÇOS e o organigrama funcional propostos são adequados às tarefas a executar mensalmente nos períodos previstos;</li><li>• As metodologias específicas de gestão dos meios e prazos incluem instruções específicas e ações concretas com vista à execução atempada das tarefas relativas aos SERVIÇOS considerando a natureza dos trabalhos a executar nos diversos espaços protocolados.</li></ul>	100
<b>NEUTRO</b>	A metodologia de gestão de meios e prazos corresponde à seguinte caracterização: <ul style="list-style-type: none"><li>• A metodologia geral de gestão dos meios e prazos aborda os SERVIÇOS previstos no Caderno de Encargos, mas é pouco fundamentada ou concorre de forma limitada para a execução atempada das tarefas a executar mensalmente nos períodos previstos;</li><li>• Os meios humanos e equipamentos a afetar para a realização dos SERVIÇOS e o organigrama funcional propostos são insuficientes ou inadequados às tarefas a executar mensalmente nos períodos previstos;</li><li>• As metodologias específicas de gestão dos meios e prazos incluem instruções pouco específicas ou ações pouco concretas com vista à execução atempada das tarefas relativas aos SERVIÇOS considerando a natureza dos trabalhos a executar nos diversos espaços protocolados.</li></ul>	0

## 6. Modelo de avaliação local das propostas segundo o fator C

- 6.1. Para o Fator elementar **C – “Metodologia de controlo e gestão da qualidade”**, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos passos descritos no ponto 4 do presente anexo.
- 6.2. Os níveis de desempenho de referência BOM e NEUTRO estabelecidos para o fator C são os seguintes:

Designação do Atributo	Descrição do Atributo	Pontuações Parciais
BOM	<p>A metodologia de controlo e gestão da qualidade proposta à corresponde seguinte caracterização:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A metodologia descreve fundamentadamente os procedimentos a adotar na realização de todos os SERVIÇOS previstos no caderno de encargos;</li><li>• Os procedimentos previstos preveem métodos específicos para o controlo do estado de conservação dos espaços e garantem a existência de registos de controlo de qualidade;</li><li>• Os procedimentos previstos preveem métodos específicos para a verificação da inexistência de situações de risco e garantem a existência de registos de controlo deste tipo de qualidade;</li><li>• A metodologia prevê métodos fundamentados e adequados para a verificação do cumprimento das normas de segurança previstas na legislação aplicável aos SERVIÇOS e garante a existência dos respetivos registos.</li></ul>	100
NEUTRO	<p>A metodologia de controlo e gestão da qualidade proposta corresponde à seguinte caracterização:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A metodologia descreve de forma incompleta ou pouco fundamentada, os procedimentos a adotar na realização dos SERVIÇOS previstos no caderno de encargos;</li><li>• Os procedimentos previstos preveem métodos pouco precisos ou incompletos para o controlo do estado de conservação dos espaços ou não garantem a existência de registos de controlo de qualidade eficazes;</li><li>• Os procedimentos previstos preveem métodos pouco precisos ou incompletos para a verificação da inexistência de situações de risco ou não garantem a existência de registos de controlo deste tipo de qualidade.</li><li>• A metodologia prevê métodos pouco fundamentados ou inadequados para a verificação do cumprimento das normas de segurança previstas na legislação aplicável aos SERVIÇOS ou não garante a existência dos respetivos registos.</li></ul>	0



## 7. Modelo de avaliação local das propostas segundo o fator D

- 7.1. Para o Fator elementar **D** - “**Mais-valias face ao caderno de encargos**”, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos passos descritos no ponto 4 do presente anexo.
- 7.2. Os níveis de desempenho de referência BOM e NEUTRO estabelecidos para o fator D são os seguintes:

Designação do Atributo	Descrição do Atributo	Pontuações Parciais
<b>BOM</b>	As mais-valias face ao Caderno de Encargos apresentadas na proposta correspondem à seguinte caracterização: <ul style="list-style-type: none"><li>• As mais-valias apresentadas na proposta vão para além do previsto no Caderno de Encargos, no que respeita a métodos de atuação;</li><li>• As mais-valias apresentadas na proposta vão para além do previsto no Caderno de Encargos no que respeita aos requisitos / exigências de qualidade dos espaços verdes;</li><li>• As mais-valias apresentadas na proposta vão para além do previsto no Caderno de Encargos no que respeita a fatores de diferenciação da situação e estado dos espaços verdes.</li></ul>	100
<b>NEUTRO</b>	As mais-valias face ao Caderno de Encargos apresentadas na proposta não constituem mais-valias efetivas.	0

## 8. Modelo de avaliação global e ordenação final das propostas

A aplicação de um modelo aditivo simples de agregação das pontuações parciais das propostas segundo os diversos fatores elementares, tendo em conta os respetivos coeficientes de ponderação, definidos no ponto 1, resultará na determinação da pontuação global  $PG(p)$  de cada proposta  $p$  através da seguinte fórmula:

$$PG(p) = \sum_{i=A}^C k_i \cdot PP_i(p)$$

em que:

- i.  $PP_i(p)$  é a pontuação parcial que expressa numericamente a pontuação da proposta  $p$  em termos do fator elementar  $i$  ( $i = A$  a  $D$ ), obtida nos termos dos números anteriores;
- ii.  $k_i$  é o coeficiente de ponderação do fator elementar  $i$  ( $i = A$  a  $D$ ) definido no ponto 1.